

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.180207-2023-281-294>.

Recebido em agosto de 2023. Aprovado em novembro de 2023.

UMA ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA/AUSÊNCIA DAS MULHERES: LEITURAS SOBRE PAPÉIS SOCIAIS AN ANALYSIS OF THE PRESENCE/ABSENCE OF WOMEN: READINGS ON SOCIAL ROLES

Rosilene Alves da Silva Vitorini*

Luciana Vedovato**

Resumo: O presente artigo constitui-se como um recorte da pesquisa de dissertação de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação, *Stricto Sensu*, em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Foz do Iguaçu. O tema central perpassa pelas reflexões sobre a visibilidade/invisibilidade da mulher na sociedade fundamentada em preceitos patriarcais. O estudo teve uma abordagem qualitativa, com pesquisa documental e bibliográfica. Para tanto, este artigo tem como objetivo discorrer de forma breve sobre a atuação das mulheres na História, considerando a delimitação espaço temporal do interior do Brasil na primeira metade do século XX, e a importância da participação das mulheres nos espaços de poder e de decisões políticas institucionalizadas. Considera-se pertinente neste estudo evidenciar que apesar das análises serem voltadas para contexto histórico específico, as problemáticas e muitos desafios enfrentados pelas mulheres ainda são visíveis atualmente, perfazendo uma sistemática atemporal.

Palavras-chave: História. Patriarcado. Mulheres. Sociedade.

Abstract: This article is a clipping of the Master's thesis research, linked to the Graduate Program, *Stricto Sensu*, in Society, Culture and Borders, of the State University of Western Paraná, campus Foz do Iguaçu. The central theme permeates the reflections on the visibility/invisibility of women in society based on patriarchal precepts. The study had a qualitative approach, with documentary and bibliographic research. Therefore, this article aims to discuss briefly about the role of women in history, considering the delimitation of time space in the interior of Brazil in the first half of the twentieth century, and the importance of women's participation in spaces of power and institutionalized political decisions. It is considered relevant in this study to show that although the analyzes are focused on specific historical context, the problems and many challenges faced by women are still visible today, making a timeless systematic.

Keywords: History. Patriarchy. Women. Society.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões propostas neste estudo pretendem compreender quais fatores influenciam o processo que historicamente silencia a atuação de mulheres na sociedade

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Graduação, *Stricto Sensu*, em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pedagoga na Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal Latino-Americana. E-mail: vitorinirosi@gmail.com.

** Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação Graduação, *Stricto Sensu*, em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: lucianavedovato@yahoo.com.br.

capitalista, a partir da análise de fatores fundamentados no pensamento patriarcal. Para a compreensão desse processo histórico, apresenta-se uma reflexão sobre como a construção da história “oficial” não é marcada pela presença feminina. Além disso, pretende-se compreender os aspectos de formação familiar e a partir do estabelecimento do patriarcado na sociedade. Neste sentido a questão da invisibilidade e do silenciamento feminino foi levantada para o aprofundamento teórico neste estudo, pois mesmo exercendo funções extraluar, e com uma certa autonomia econômica, as mulheres ainda vivenciam situações desfavoráveis e assimétricas quanto às condições sociais e de acesso aos direitos fundamentais.

A pesquisa está embasada nas reflexões Burke (1992), que apresenta perspectivas sobre a escrita da história; Saffioti (2013), (2015) que trata do conceito de patriarcado e da condição das mulheres na sociedade de classes, Davis (2016), que contribui na reflexão sobre a inserção da mulher na política, feminismo e antirracismo, Federici (2017), sobre as mulheres na sociedade capitalista, hooks (2013), sobre as intersecções entre as questões dos feminismos, entre outras e outros.

Compreender como as narrativas femininas são constituídas, partindo do conceito relacionado a escrita da história das mulheres e do conceito de protagonismo feminino, favorece o entendimento sobre o modo como as narrativas sobre as mulheres podem também ser reconfiguradas para um lugar de protagonismo. As lutas das mulheres pela equidade de direitos e pela valorização do papel feminino na história e na sociedade foram permeadas de conflitos e de resistências, muitas vezes com consequências graves, considerando as práticas enraizadas na delimitação e no aprisionamento dos corpos femininos em regramentos impostos a partir de interesses de manutenção do status quo da sociedade patriarcal.

O estudo busca ainda refletir sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e de decisões políticas institucionalizadas, reverberando em questões que foram tensionadas ao longo da história, evidenciando a constituição de um escalonamento do direito à voz. Uma breve apresentação dos movimentos e mobilizações de lutas femininas, e as intersecções entre as questões dos movimentos feministas.

2 AS LUTAS DAS MULHERES E O PAPEL FEMININO NA HISTÓRIA

A história dos grandes acontecimentos não é marcada pela presença feminina, com raras exceções, as quais geralmente enfatizam uma presença coadjuvante ou mesmo de objetificação de seus corpos. As atividades humanas de expressiva repercussão, os processos de conquista de povos e territórios, colonização, tudo o que circula em torno do poder político hegemônico e econômico, perfazem construções de narrativas com predominância masculina. Considerando essa problemática, se faz urgente pensar uma proposta de análise a partir do conceito de “história vista de baixo” conforme as definições de Burke (1992), a qual apresenta-se uma história que é fundamentada na perspectiva das classes populares, das mulheres, e dos grupos sociais que foram invisibilizados pelo poder dominante. Para o autor:

A história das mulheres, sugerindo que ela faz uma modificação da “história”, investiga o modo como o significado daquele termo geral foi estabelecido. Questiona a prioridade relativa dada à “história do homem” [...] expando a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. (Burke, 1992. p. 78).

Ao pensarmos sobre a atuação das mulheres histórica e socialmente, o corpo feminino era um acessório: compunha fotos segurando filhos, organizava o interior da casa, mantinha as relações com a comunidade de forma quase invisível. Organizava rotinas em torno de escolas e religião.

Segundo Del Priore (2004), a atuação das mulheres historicamente foi marcada por práticas que delimitavam suas ações a partir de imposições com base no pensamento patriarcal, nos termos propostos inicialmente por Engels (2019), ao propor um estudo sobre a constituição familiar a partir dos estudos de Morgan – um dos primeiros pensadores a tratar a questão da família¹.

A formação familiar e o estabelecimento do patriarcado, para Engels (2019), se mostra uma discussão importante, pois este processo se efetivou justamente durante a passagem do direito de filiação das mães para os pais. Se antes as mulheres eram as detentoras do direito de pertencimento genealógico, com o fim do período nômade, o estabelecimento das famílias em um lugar apenas, a produção e construção de bens, consumo regular etc., ou seja, evidencia-se neste período um princípio de acumulação, e ao organizar a acumulação, há uma preocupação com a transferência dos bens acumulados. Como, em um primeiro momento, as relações não eram monogâmicas, a filiação passou a ser um fator determinante e ela passou a ser centrada no direito do pai e no controle do corpo da mulher.

É na passagem do direito da mãe para o direito do pai e ainda, conforme Engels (2019), que se materializa a base do patriarcado e se desdobrará no direito burguês como regramento das relações civis do casamento. É esse funcionamento que, de acordo com Engels, tirará da mulher a centralidade das ações no corpo social e a passará para o campo do privado, silenciando não apenas a imagem da mulher como participante das decisões políticas, como também das práticas discursivas. São impedidas de ter participação direta nas decisões coletivas, sendo interditas em diversas esferas do corpo social.

Segundo Saffioti (2015), o conceito de patriarcado perpassa o sistema social capitalista, onde as mulheres convivem com as mais diversas formas de opressão.

O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. [...] o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito. (Saffioti, 2015. p.145).

¹ Sobre as formas de composição de família, observa-se que não é possível generalizar estas estruturas, pois se verificam outras composições a partir do pertencimento étnico-racial, populações indígenas, populações negras, entre outras.

Para Saffioti (2015), o patriarcado tem sua origem e prática muito antes do surgimento do sistema capitalista, mas é exatamente esse sistema classista que se sustenta de um pensamento onde a opressão e hierarquização entre classes, e mais especificamente entre gêneros, que estimula a competitividade como valor social, inclusive com a utilização da violência, seja ela física ou simbólica, além de definir os papéis sociais, entre homens e mulheres, entre o público e o privado. Cabe salientar que este processo tem reflexo na formação histórica e social do contexto brasileiro.

Como bem nos assegura Porto (2002), os estudos voltados a atuação social feminina passam a ter maior intensidade a partir do século XX, porém apesar de colocarem em evidência as mulheres como sujeitos históricos, se faz necessário o cuidado para que as práticas femininas não sejam definidas com nuances estereotipadas, ou do senso comum. Analisando o contexto europeu do século XVII, Saffioti (2013) afirma que mesmo exercendo funções extraluar, e com uma certa autonomia econômica, as mulheres ainda eram consideradas incapazes e dependentes dos homens. Segundo o ideário daquela estrutura de sociedade, de acordo com Saffioti (2013, p.63), “A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica”. Observa-se que este pensamento teve reflexos na formação social brasileira.



Fotografia 1- Casamento religioso em Santa Mariana - Paraná. 1948.

Fonte: Arquivo pessoal.

A imagem acima corresponde a um casamento da década de 1940, a noiva era muito jovem, trabalhadora no cultivo do café, não teve acesso à educação escolar e conciliava o trabalho no campo com as atividades domésticas. Teve vários filhos, dos quais alguns faleceram ainda bebês, por falta de acesso às vacinas, ou assistência médica adequada. Ficou viúva aos vinte e oito anos, tendo que assumir sozinha, a responsabilidade pelo sustento da família e pela educação dos filhos. Conviveu com os julgamentos de uma sociedade machista e patriarcal, onde as mulheres não poderiam ser independentes dos homens, mesmo em situações adversas. Esse é um exemplo do contexto vivenciado por muitas mulheres em tempos passados e em diversas partes do mundo atualmente.

Predominantemente até a primeira metade do século XX no contexto interiorano brasileiro, era colocado como tradição o estabelecimento de idade ideal para as mulheres se casarem, geralmente durante a adolescência. O mesmo não ocorria para os homens. Neste período, a ideia de adolescência não existia, passava-se da infância, para a maturidade. Era obrigatório a atribuição do sobrenome do marido para a mulher. O namoro era bastante limitado no contato físico, e quando uma mulher tentava questionar ou desobedecer às regras impostas, era excluída do convívio familiar e social. Muitos casamentos eram feitos por meio de acordos entre o pai da jovem e a família do futuro esposo.

De acordo com Luna (2006), é possível afirmar que a formação do ideário do papel da mulher historicamente, sofre influências de várias instituições da sociedade, inicialmente com a educação no contexto familiar, posteriormente com a religião, a escola, a cultura, a literatura, a mídia, entre outros. Segundo a autora:

[...] em suma, constrói-se uma expectativa a respeito do ser mulher e de suas atribuições lícitas e desejáveis: ser mãe, esposa, formadora dos varões da pátria, educadora das crianças, anjo-da-guarda, musa dos poetas, numa imensa lista de representações e expectativas que urdem uma rede da qual se faz difícil escapar. (Luna, 2006. p. 47).

Verificou-se neste sentido que a atuação social da mulher na história remete a aspectos culturais, econômicos, políticos e históricos. Evidentemente a análise desses aspectos podem contribuir para compreender quais são os fatores que influenciam na delimitação da construção dos sujeitos e suas atuações em sociedade.

As lutas pela equidade de direitos e pela valorização do papel feminino foram permeadas de conflitos e de resistências. Nos discursos históricos é possível observar o silenciamento da atuação feminina quando, por exemplo, as mulheres não são mencionadas como protagonistas de fatos históricos importantes.

Logo, é importante destacar que a busca por uma transformação no contexto social, onde os direitos entre mulheres e homens sejam simétricos, implica uma compreensão dos aspectos que definem e orientam a realidade social.

A compreensão, entretanto, do lugar da mulher nos contextos da sociedade patriarcal, não está dissociada do debate de constituição do território brasileiro, da divisão da terra e da questão agrária. Federici (2017) em *o Calibã e a bruxa* faz uma retomada importante do papel das mulheres na gênese do capitalismo. Mesmo que o debate da autora assuma um caráter de compreensão histórica sobre alguns processos da passagem do feudalismo para o capitalismo e como as mulheres “sofreram” em tal percurso, o debate nos importa por duas razões: a) a catequização jesuítica que instituiu um rearranjo na organização dos povos originários, reposicionando também as mulheres; b) a própria vinda das mulheres europeias já acomodadas em seus lugares, trazendo com elas um conjunto de outras mulheres subalternas que passariam a integrar um funcionamento social baseado em hierarquias. De forma bastante generalizante, para Federici (2017) nesse período colonial, de acumulação, nominado pelo marxismo de plantation, as mulheres tornaram-se o centro da produção de mão-de-obra. Mesmo considerando as diferenças entre as mulheres das mais altas camadas sociais e as escravizadas, proletárias já que as últimas sofriam de forma incontornável o processo de violência e expropriação do próprio corpo, sendo punidas por isso, inclusive, a autora pontua o seguinte:

[...] em ambos os casos o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com os ritmos que estavam fora do controle das mulheres (Federici, 2017, p. 178).

Esse processo reprodutivo retoma, em alguns aspectos, o vínculo da família com a propriedade privada, já que o vínculo e a transmissão da propriedade ficam garantidos com os herdeiros, conforme também pontua Federici, mas também a produção de força de trabalho que será custeada em sua quase totalidade pelas mulheres². Assim, ao pensarmos em um processo de ocupação territorial pelo viés do funcionamento das práticas e saberes femininos, olhamos, de certa forma, para todo um funcionamento de uma Formação Social, ou seja, como as forças econômicas organizavam, determinavam e concebiam o modo como as mulheres eram posicionadas em tal formação. Para tanto, um conjunto de valores, de arranjos, de delimitação de participação era definido para que as mulheres soubessem realizar a função a ela destinada: produzir herdeiros, produzir mão-de-obra, não ter acesso à educação, reproduzir o sistema de hierarquia da divisão de classe etc. Ao enfatizar tais reflexões, possibilita-se pensar como a construção de um conjunto de valores em torno do papel das mulheres é sempre reforçado no intuito de mantê-la longe das instâncias decisivas.

3 MULHERES NOS ESPAÇOS DE DECISÕES POLÍTICAS INSTITUCIONALIZADAS

A participação das mulheres nos espaços de poder e de decisões políticas institucionalizadas remetem a questões tensionadas ao longo da história, considerando que esses espaços foram compostos predominantemente pela presença masculina.

Ao refletir sobre algumas formas de apagamento e invisibilidade feminina, o não-nome, de certa maneira, inscreve a mulher em um campo em que o dito não é feito por ela, as palavras – aquelas que verdadeiramente importam, na compreensão do corpo social – não eram ditas por mulheres, mas por seus maridos, pais, patrões, entre outros.

Tal fato traz para a discussão, o debate de Rancière (1996), sobre a política. O foco desse debate volta-se para quem emite a palavra e como é feita a contagem de tal palavra. Rancière faz o debate em torno do povo, dos escravizados, daqueles que não têm voz. Pode-se estender esse silenciamento em escalas distintas até o fato de que mesmo quando a voz do homem explorado passa a ser constitutiva da ordem pública do dizer – ainda que para ser negada – a voz da mulher continua silenciada. De acordo com o autor:

[...] Isso porque, antes das dívidas que colocam as pessoas de nada na dependência dos oligarcas, há a distribuição simbólica dos corpos, que as divide em duas categorias: aquele a quem se vê e a quem não se vê, os de quem há um *logos* – uma palavra imemorial, uma contagem a manter -, e aqueles acerca dos quais não há logos, os que falam realmente e aqueles cuja voz, para exprimir prazer e dor, apenas imita a voz articulada. Há política porque o logos nunca é apenas a palavra, porque ele é sempre indissolivelmente a *contagem* que é feita dessa palavra: contagem pela qual uma emissão sonora é ouvida como palavra, apta a enunciar o justo, enquanto outra é apenas percebida como barulho que designa prazer ou dor, consentimento ou revolta. (Rancière, 1996, p.36).

² É importante pontuar que o não reconhecimento pela teoria marxista do papel das mulheres na produção de mão de obra e, conseqüentemente, de mais-valia, é ponto central de questionamento de Federici (2017) no capítulo *Diminuição da população, crise econômica e disciplinamento das mulheres*.

Rancière, de alguma forma, mostra o funcionamento do silêncio dos sem palavra na política. As palavras dos sem-nome não podem ser contabilizadas como palavras, pois não são capazes de fazer nenhuma categoria de mudança na ordem estrutural do funcionamento social. Assim, as mulheres, por incontável tempo passado que ainda segue agora na contemporaneidade, são mantidas parcialmente sem palavras, precisando fazer um movimento de imposição do dizer. A vontade de ter a palavra contada é, para o autor, a própria existência da palavra. Assim:

Não há política porque os homens, pelo privilégio da palavra, põem seus interesses em comum. Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aqueles que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis, e o mundo onde não há nada. (Rancière, 1996, p.40).

Ainda que longas, as citações de Rancière trazidas para a discussão, de certa forma, alojam a constituição do escalonamento de quem será ouvido, de quais palavras serão contadas. A luta de classes e, no seio dela, a luta pelo papel igualitário entre homens e mulheres, parece querer gritar aos ouvidos moucos dos donos do poder. Assim, cada vez mais são empurrados para o silenciamento um conjunto inteiro do corpo social e ainda mais as mulheres que não são apenas silenciadas em suas palavras, mas em tudo as que tornam subjetivas: palavras, corpo etc.

Spivak (2010) ao tratar sobre os “sacrifícios das viúvas” na Índia para construir uma reflexão sobre o sujeito pós-colonial, pontua que:

Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que a figuração deslocada na “mulher do Terceiro Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização. (Spivak, 2010, p. 119).

Há nas palavras da autora e na forma como ela interroga as teorias em torno da construção do objeto filosófico em torno da subjetividade, uma questão que parece recorrente: a não compreensão (ou o não interesse nas) das formas de participação das mulheres nas formações sociais.

Os aspectos políticos compreendem práticas onde estão interligados os exercícios de poder e de decisão com implicações diretas nas formações sociais. O reconhecimento da atuação feminina no decorrer histórico implica uma análise voltada a vários aspectos que possibilitaram a busca constante pela igualdade de direitos e pelo respeito às especificidades e necessidades das mulheres. Um desses aspectos é o político, no qual ao longo da história impulsionou a mobilização coletiva feminina para questionar as práticas sociais vigentes, possibilitando várias transformações de âmbito jurídico, ou nos campos culturais e econômicos.

Observam-se alguns exemplos dessas mobilizações o Movimento Antiescravagista Feminino Estadunidense no século XIX, o qual, conforme Davis (2016), apresentou um

espaço de reflexão política entre a população negra e mulheres brancas, em geral, donas de casa de classes média e alta, que ao se mobilizarem pelo processo de abolição, puderam levantar questões sobre a suas próprias condições de subordinação referente aos homens.

No Brasil, pode-se citar vários exemplos como a criação da Lei Maria da Penha, a qual parte de reivindicações jurídicas frente ao combate à violência contra a mulher, o Movimento Feminino pela Anistia, criado durante o regime ditatorial na década de 1970, com o objetivo de denunciar as repressões do governo na época, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, na década de 1920, que reivindicava os direitos políticos das mulheres, entre outros.

Conforme Avelar e Cintra (2007), pode-se dizer que os aspectos políticos ultrapassam as delimitações das ações de controle e poder do Estado. Configuram-se na contradição de interesses entre grupos e classes sociais. Neste contexto, a mobilização coletiva de grupos de base tem um papel fundamental para impulsionar o debate sobre questões pertinentes aos interesses de melhoria nas condições de vida e na construção de uma nova concepção de sociedade.

Assim, reveste-se de particular importância que a compreensão da atuação feminina seja vista como uma atuação política, de questionamento, de reivindicação, de consolidação de poder e de acesso aos lugares de decisão. Para Machado, Maia e Labegalini (2007), a atuação política demanda a consolidação de interações entre os sujeitos e instituições sociais, tendo estes o comprometimento com os resultados e causas dessas interações:

A política tomada como objeto de estudo envolve relações e implicações manifestas nos cursos de ação dos governos ou organizações, uma rede de decisões e também de não ações ou omissões, pois o estudo das não-decisões e dos adiamentos adquiriu importância crescente, nos últimos anos. (Machado, Maia, Labegalini, 2007. p. 27).

Para as autoras, além dos resultados concretos das atuações políticas, as omissões em muitos casos, também revelam um posicionamento frente às propostas de mudanças no contexto social.

Do ponto de vista da ocupação dos espaços de poder as tensões estão relacionadas não apenas às propostas políticas que são discutidas nesse contexto institucionalizado, como nos poderes executivo, legislativo, judiciário, de organizações não-governamentais, ou mesmo instituições do setor privado. Tem-se como exemplo a própria disposição de horários de sessões extraordinárias, de calendários de reuniões, de assembleias, de alcance de metas em empresas, em princípio, de estruturas básicas de funcionamento, que muitas vezes não permitem ou dificultam a participação de mulheres com jornadas múltiplas, quando elas são as principais mantenedoras de suas famílias, as quais recaem as responsabilidades com o cuidado dos filhos, ou dos familiares mais idosos.



Fotografia 2 - Maternidade e responsabilidade dos cuidados com os filhos

Fonte: Arquivo pessoal.³

A fotografia ilustra de forma bastante significativa o papel da mulher: quem segura a criança? Se nos detivermos em outras fotos do mesmo período, a regularidade do discurso em torno dos cuidados com a prole será mantida justamente pelo fato de que em quase todas as fotos, a mulher aparece segurando a criança. A cena de família típica faz reverberar o funcionamento do arranjo social. As mulheres como educadora, como cuidadoras, como aquelas que ajeitavam a vida da casa, ordenavam os trabalhos e instruíam de forma inicial os filhos nos saberes, conforme pontuou Krupskaya (2017, p. 24), ao tratar das poucas condições que as mulheres tinham para educar os filhos. Para a autora, as mulheres camponesas ou operárias educavam seus filhos e filhas, considerando o contexto no qual elas foram educadas, para que observassem “o jejum e os rituais religiosos, a temer a Deus e aos mais velhos e a respeitar os ricos, então, ensinavam-lhes a humildade e a paciência”

Há na afirmação da autora um percurso muito interessante de reflexão: que a educação que não alcançava as mulheres reproduzia as formas sociais excludentes. Perpetuava a estratificação da classe trabalhadora e, considerando o funcionamento da relação classe-gênero, poderíamos pensar que sistema simbólico patriarcal também era reproduzido, visto que a falta de educação de qualidade para as crianças fazia com que as mulheres precisassem sempre lidar com jornadas excruciantes de trabalho.

Então, nota-se que as discussões sobre carreira e maternidade ainda se mostram como um tema desafiador para a sociedade conservadora e, mesmo para a progressista, uma vez que a naturalização do trabalho feminino como sendo o de casa e o fora dela, o cuidado com filhos, filhas, etc., atravessa toda a forma como a sociedade se organiza, pois, para além das questões antropológicas, há também nesse modo, uma questão

³ Imagem de uma família brasileira na década de 1950. Ressalta-se que apesar da imagem retratar uma estrutura de família nuclear, onde aparece a figura do pai, mãe e filha, existem outras estruturas e configurações de família.

econômica preponderante: o trabalho doméstico da mulher continua gerando mais-valia. O que demonstra uma desigualdade de atribuições e responsabilidades, frente a disponibilidade para a dedicação de tempo ao desenvolvimento pessoal e profissional. Neste sentido, as questões tensionadas estão relacionadas a assimetria de estruturas, tempo, atribuições e definições de papéis na sociedade e de acesso aos espaços de poder.

Conforme verificado por Vale (2019), mesmo quando conseguem chegar aos espaços de poder, as mulheres vivenciam situações de preconceito, desconfiança ou intolerância. Muitas são vistas como coadjuvantes do processo eleitoral ou de aprovação de leis e projetos. Esse cenário, segundo a autora, possui uma cultura impregnada de ideias fundamentadas no patriarcado.

Trata-se, neste caso, de um exemplo específico onde a luta das mulheres deve ser constante, não apenas para o ingresso nos espaços públicos de poder, como na permanência e reconhecimento de suas capacidades de implementar as mudanças necessárias.

Porém, essas mudanças não só demonstram as competências femininas para as questões políticas, como também colocam em dúvida um sistema rígido, historicamente construído, onde a mulher é vista como complementar, coadjuvante, dependente e frágil. Sob essa ótica de luta pela superação de estereótipos e das desigualdades, Martins (2015, p. 170) observa:

[...] estudos apontam para as diferenças de oportunidades entre homens e mulheres no acesso aos lugares de decisão, cujo controle pode ser um dos fatores explicativos da manutenção das desigualdades. [...]. Não se pode deixar de questionar as raízes desta espécie de barreira invisível.

Sendo assim, a autora enfatiza a importância de compreensão, não apenas da realidade concreta de desigualdades, mas de promover o aprofundamento dos estudos sobre as causas, as bases históricas e culturais dessas desigualdades. Considerando as bases históricas do contexto brasileiro, a participação das mulheres na política com o direito ao voto e a atuação parlamentar pode ser considerada recente, tendo em vista que juridicamente a permissão legal ocorreu a partir da década de 1930.

Dessa forma, apesar dessas conquistas serem imprescindíveis para a representação feminina nos espaços de poder, essa representatividade precisa ser ampliada, consolidada e contribuir para a apresentação de propostas de políticas públicas que visem a equidade de oportunidades.

Segundo Mariano (2011), as reivindicações das mulheres em relação às propostas de políticas públicas estão direcionadas às áreas de cuidado das crianças, equiparação de salários, oportunidade de emprego e acesso à educação. Questões referentes ao acesso a métodos contraceptivos também estão nas pautas das discussões.

É importante considerar que as políticas públicas direcionadas às mulheres não podem ter uma tendência de reforçar os estereótipos e a definição de papéis sociais dentro de uma perspectiva patriarcal, ou seja, a relação entre mulheres e Estado, em um aspecto de dependência e submissão. O desenvolvimento do Estado vincula-se basicamente à atuação das mulheres e nesse sentido, as políticas públicas devem objetivar a sua emancipação em todos os aspectos.

As reivindicações das mulheres no campo político possibilitaram algumas conquistas ao longo da história no contexto brasileiro, como pode-se verificar a partir das observações de Ostos (2012), referente ao Decreto n.º 21.417, de 1932:

O ano de 1932 foi, certamente, um marco para as mulheres brasileiras, que conquistaram diversos direitos, tanto políticos, quanto sociais. O Código Eleitoral estipulou o direito de voto para as mulheres e diversos decretos introduziram avanços inegáveis na legislação trabalhista, favorecendo a população feminina que laborava na indústria e no comércio: concessão do direito à licença-maternidade; proibição do trabalho da mulher grávida durante quatro semanas antes e após o parto; direito da mulher em período de aleitamento a descansos diários, ao longo de seis meses depois do parto; direito a repouso de duas semanas caso a gestante sofresse aborto natural; proibição do trabalho feminino em subterrâneos e outras atividades perigosas e insalubres; igualdade salarial para ambos os sexos, desde que no desempenho das mesmas funções; proibição do trabalho noturno às mulheres, entre dez da noite e cinco da manhã. (Ostos. 2012, p. 327).

De acordo com os aparatos legais, tanto na década de 1930, com o decreto mencionado acima, como atualmente com a Constituição Federal nos art. 5 que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção e do art. 7 com a proibição de diferenças de salário em funções equivalentes e proteção ao trabalho das mulheres, o que se observa e vivencia na prática é uma diferença considerável entre homens e mulheres.

Em 2019, a agência de notícias do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou dados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2012 e 2018, a qual constatou que as mulheres em média ainda têm seus rendimentos menores que os homens. Segundo a pesquisa essa diferença está em torno de 20,5%.

Outro fator importante está em relação à licença maternidade. Fazendo uma comparação com a década de 1930, houve um pequeno avanço em relação ao tempo dedicado aos cuidados iniciais da criança, e aos cuidados com a saúde da mulher no pós-parto. Porém, é necessário pontuar que há muitas mulheres que são demitidas após o retorno da licença maternidade.

Esses dados mostram a desigualdade entre os rendimentos salariais e de direitos ao exercício da maternidade, porém refletem as diferenças apenas ao grupo de mulheres trabalhadoras em atividades formais com documentação comprovada, ou seja, com reconhecimento na carteira de trabalho. Quando se pensa na proporção de mulheres trabalhadoras que estão fora desse quadro, a desigualdade tende a ser maior.

Em 2008, foi disponibilizado um documento intitulado como II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o qual foi construído por meio de conferências em vários municípios do país, onde o objetivo consistia em dar visibilidade às reivindicações das lutas femininas. São vários princípios que orientam as políticas públicas para a promoção da igualdade de direitos e mudanças sociais, entre eles está a universalidade das políticas pública, conforme se verifica a seguir:

As políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e intersetorialidade dos direitos, e combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e equidade de gênero, raça e etnia. (Brasil, 2008, p. 8).

O documento ressalta a importância do envolvimento de todas as esferas do poder para a promoção de políticas públicas voltadas às mulheres, e que essa organização não seja precarizada como política de governo, pois esse se faz de forma transitória, mas sim consolidada de forma permanente, como política de Estado.

Diante disso, se faz necessário refletir como a participação efetiva das mulheres precisa ser pensada em campos de atuação: trabalho, escola etc. Uma das grandes dificuldades que atingiram a participação das mulheres é o acesso à educação formal, para além dos saberes vinculados a casa, educação dos filhos etc.

Só tardiamente as mulheres passaram das funções domésticas para as funções sociais. Entende-se dessa forma que essa transição entre as funções domésticas e públicas não acontecem de maneira igualitária entre todas as mulheres, pois não abrange apenas as questões de gênero, mas também de raça e classe social.

Fazendo intersecções entre as questões dos feminismos, bell hooks (2013) promove reflexões a respeito das lutas do feminismo negro. Conforme a autora, historicamente as mulheres negras e de classes populares têm mais dificuldades de acessar seus direitos, devido à estrutura social. Suas análises partem da experiência própria vivenciada no contexto norte-americano, porém é possível fazer uma conexão com a realidade das mulheres brasileiras.

Na grande maioria, são as mulheres pobres, negras, moradoras das periferias das grandes cidades ou mesmo de origem na área rural e interior do país, que realizam os trabalhos domésticos, ou de cuidado com as crianças e idosos, para que as outras mulheres possam exercer funções fora do contexto privado. Essas mulheres que se tornaram patroas, mesmo sendo independentes, e tendo acesso às atividades extra-lar, também sofrem as consequências do patriarcado e do silenciamento imbricado na sociedade. O que hooks (2013) alerta de forma crítica, é que em muitos casos, essas mulheres, mesmo sofrendo essas violações de direito, podem reproduzir essas práticas patriarcais para com as outras mulheres como suas filhas, empregadas etc.

Esse ciclo pode ser encerrado quando há uma conscientização sobre as dinâmicas que promovem essas desigualdades. Para o rompimento de tais práticas considera-se pensar em um processo formativo em torno de uma educação que reforce o papel das mulheres como protagonistas de suas existências, mas não apenas, é necessário como afirma Saffioti (2015, p.105) pensar na educação pelas/para as mulheres como um caminho de resistência à tradição epistemológica de ver as relações a partir do molde simbólico do patriarcado.

4 CONCLUSÃO

Seria contraproducente pensar esses processos sociais e históricos como algo inerte, posto e estabelecido, considerando que a história da humanidade se faz pelo constante movimento, dos questionamentos e das transformações. É preciso neste sentido, ampliar os estudos voltados para como essa história é concebida e captada pela perspectiva feminina.

As reflexões apresentadas no texto procuram rastrear nuances dessas perspectivas, a partir das vivências e dos estudos das autoras que foram referenciadas. As imagens de mulheres que complementam as reflexões do estudo, perfazem uma pequena amostra de tantas outras imagens semelhantes, quando se pensa em determinado contexto e período histórico. Se faz urgente o debate sobre as lutas das mulheres, sobre o direito sobre seus corpos e sobre os diversos movimentos feministas, a fim de superar um pensamento arcaico e obsoleto prevalecente ainda no senso comum, sobre as questões de gêneros, raças e classes.

Enfim, o desafio que se coloca é como as lutas das mulheres, tendo em suas essências os aspectos de atuação política e de mobilização coletiva, no sentido de questionamento e reivindicação, podem fomentar a inserção nos lugares institucionalizados de decisão para uma efetiva e transformação da sociedade. Para tal, é importante ressaltar o papel estratégico e crucial da educação.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, Lucia.; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: EDUNESP, 2007.
- BRASIL. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2008*. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br>. Acesso em: 16 abr 2022.
- BURKE, Peter. *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- KRUPSKAYA, Nadezhda Konstantinovna *A Construção da Pedagogia Socialista: escritos selecionados*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- LUNA, Cláudia. Escritoras hispano-americanas e projetos civilizatórios no século XIX. In: *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades*. Maceió: EDUFAL, 2006.
- MACHADO, Lourdes M.; MAIA, Graziela Z. A.; LABEGALINI, Andréia C. F. B. O Estudo de Políticas Públicas. In: *Pesquisa em Educação: passo a passo*. Marília: Edições M3T, 2007.
- MAGALHÃES, Anderson. S; KOGANA, João. *Pensadores da análise do discurso: uma introdução*. São Paulo: Paco Editorial, 2019.
- MARIANO, Silvana A. Desigualdades de gênero e políticas públicas: A inclusão das mulheres na política de assistência social. In: *As persistentes desigualdades brasileiras como temas para o ensino médio*. Londrina: EDUEL, 2011.
- MARTINS, Carla. *Mulheres, Liderança Política e Media*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2015.
- OSTOS, Natascha S. C. D. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). *Caderno Pagu*, Campinas, jul-dez 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12 dez. 2022.
- PORTO, Maria de Fátima. S. *De batom e salto alto: experiências de emancipação de mulheres empresárias. Patos de Minas 1980 -1990*. São Paulo: Annablume, 2002.
- PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SPIVAK, Gayatri. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VALE, Michelle de S. *Mulheres no Poder: a trajetória política de Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil*. Curitiba: Appris, 2019.
- VITORINI, Rosilene A. S. *Mulheres de Santa Mariana - PR entre as décadas de 1920 a 1940: uma leitura dos silêncios*. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras). Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, UNIOESTE. Foz do Iguaçu, p. 83. 2021.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.